



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0014086-73.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Interdição**  
 Requerente: **Maria Isolina Luzia Lopes**  
 Requerido: **Alcides Manoel Lopes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos, etc.

MARIA ISOLINA LUZIA LOPES requereu a interdição de seu marido ALCIDES MANOEL LOPES, afirmando que apresenta vários problemas de saúde decorrentes do uso de álcool e está incapacitado de praticar pessoalmente os atos da vida civil.

O interditando foi citado.

Decorreu *in albis* o prazo de impugnação.

Manifestou-se o Ministério Público, requerendo a remessa de ofício médico subscritor do atestado médico.

Houve apresentação de respostas aos quesitos formulados pela Promotoria ao médico do interditando.

#### **É o relatório.**

#### **Fundamento e decido.**

O relatório médico de fls. 36/37 atesta que o interditando apresenta "transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool" e "síndrome de amnésia" (CID 10 – F 10.6) e que lhe acarreta incapacidade mental total e permanente, portanto, o mesmo é incapaz de gerir a própria pessoa e administrar pessoalmente seus bens e interesses.

Bem por isso, não tem condições de, por si só, praticar os atos da vida civil.

O parentesco da autora com o interditando está demonstrado através do documento de fls. 06, sendo ela que lhe presta os devidos cuidados.

Portanto, firmada convicção a respeito da incapacidade de fato, cumpre atender o pedido.

Diante do exposto, **decreto a interdição** de **ALCIDES MANOEL LOPES**, qualificado nos autos, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 3º, inciso II, do Código Civil, nomeio-lhe **curador sua esposa MARIA ISOLINA LUZIA LOPES**, que prestará o compromisso legal, vedando-se ao curador contrair empréstimos em nome da incapaz sem autorização judicial.

Nos termos do artigo 1.184 do Código do Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a sentença no Registro Civil, comunique-se ao Cartório Eleitoral e publique-se pela Imprensa Oficial.

Oficie-se ao INSS.

Desnecessária a especialização de hipoteca legal de imóveis, pois não se tem notícia da existência de bens pertencentes ao interditando.

P.R.I.C., arquivando-se oportunamente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

São Carlos, 21 de março de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**